Era Moderna e Pensamento Laico

Você vai compreender o papel do cristianismo na transição para o mundo moderno, analisando os conflitos religiosos, a atuação da Igreja e a expansão protestante na Europa e nas Américas entre os séculos XVII e XVIII.

Profa. Marta de Carvalho Silveira

Propósito

O estudo das transformações do cristianismo no mundo moderno é fundamental para profissionais da área de educação e ciências humanas, pois permite compreender as raízes históricas de conflitos religiosos, culturais e políticos, além de analisar criticamente a relação entre religião, Estado e sociedade ao longo do tempo.

Objetivos

- Analisar as configurações do cristianismo no período moderno, suas relações com os Estados e com os mecanismos de introdução no Novo Mundo, em articulação com o sistema colonial americano.

- Relacionar as guerras religiosas europeias dos séculos XVII e XVIII com a expansão do protestantismo na América e com o desenvolvimento do pensamento iluminista.

Introdução

Entre os séculos XVII e XVIII, o cristianismo enfrentou profundas transformações diante das novas configurações políticas, econômicas e sociais que marcaram o surgimento do mundo moderno. Nesse contexto, a Igreja — tanto na Europa quanto no Novo Mundo — teve de redefinir seu papel diante dos Estados modernos em formação, que passaram a disputar com ela a autoridade sobre a sociedade. A relação entre religião e poder político tornou-se um dos temas centrais desse período, especialmente em meio aos conflitos religiosos que abalaram o Ocidente europeu.

Esses conflitos, como os ocorridos na Inglaterra e na Holanda, não foram apenas disputas teológicas, mas também embates com forte dimensão política, nos quais reis foram depostos ou coroados em nome de princípios religiosos. A Reforma Protestante e a Contrarreforma haviam deixado marcas profundas, e o Iluminismo, com suas ideias de razão, liberdade e separação entre Igreja e Estado, desafiava ainda mais as estruturas tradicionais do cristianismo.

Diante dessas mudanças, tanto católicos quanto protestantes precisaram adaptar suas doutrinas e práticas às novas demandas de seus fiéis. Esse processo de adaptação também se refletiu na expansão do cristianismo para além da Europa, especialmente com a chegada dos protestantes à América do Norte. Lá, suas crenças e formas de organização religiosa influenciaram decisivamente eventos históricos como a independência dos Estados Unidos e a Guerra de Secessão, além de contribuírem para a posterior difusão do protestantismo na América do Sul.

Compreender essas transformações é essencial para analisar como a religião moldou — e foi moldada por — os processos históricos que deram origem ao mundo moderno.

Relação do cristianismo com os Estados modernos

As discussões em torno da relação entre o poder laico e o poder religioso foram sendo traçadas desde o momento em que a Igreja Católica foi considerada oficial no Império Romano, passando pelo momento da constituição das monarquias medievais ao longo do século XIII e estendendo-se até o período moderno, quando a configuração dos Estados modernos e das monarquias absolutistas consolidou a noção de que os reis foram escolhidos por Deus para reger o seu povo.

No entanto, mesmo com a consolidação de um projeto político monárquico centralista, a discussão em torno dos limites de atuação das duas esferas de poder, a laica e a religiosa, não estava encerrada, pelo contrário, acirrou-se e ganhou novas colorações com a origem das novas tendências cristãs protestantes.

Durante o período moderno, é possível identificar duas tendências básicas na relação estabelecida entre o cristianismo e o Estado:

1. A primeira surgiu a partir de uma reforma popular social ou religiosa, destruindo a união Igreja-Estado imperial e levando à desintegração da unidade nacional, como a que ocorreu na Alemanha.

2. A segunda manteve o senso de unidade nacional e encontrou, nos monarcas, o apoio necessário para expandir-se e ajudar a construir nestas nações o Estado Moderno, sendo este o caso da França e da Inglaterra.



Comentário

Já tivemos oportunidade aprender um pouco mais sobre a expansão do protestantismo na Alemanha, na França e nas regiões centrais da Europa, como a Suíça e a Bélgica. Agora, centraremos nossos esforços em analisar especificamente o caso da expansão do protestantismo na Inglaterra.

Inglaterra e anglicanismo

Como efeito decorrente do processo reformista, foi constituída, na Inglaterra, a igreja Anglicana, fundada pelo rei Henrique VIII. No entanto, é preciso que você entenda que vários elementos contextuais devem ser levados em consideração para explicar a ruptura definitiva entre o rei inglês e o papado.

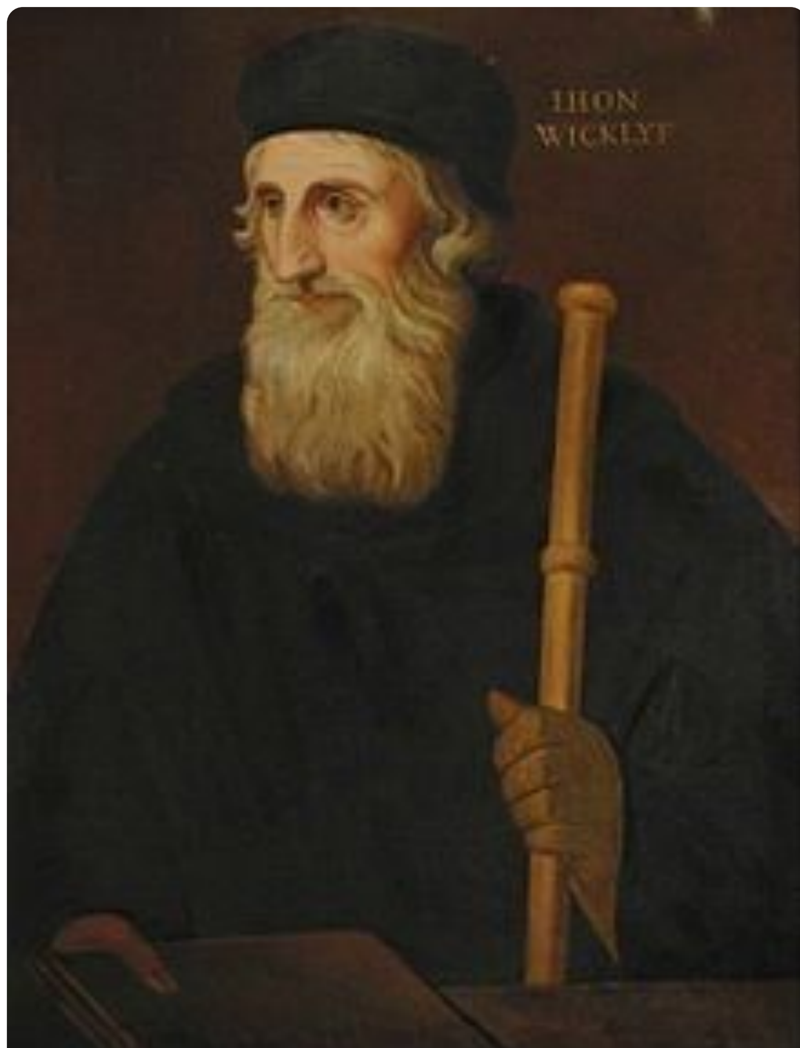
Além disso, é necessário compreender que a criação da Igreja Anglicana pelo monarca não significou a imediata elaboração de uma dogmática própria. Suas bases continuaram a ser pensadas e estruturadas nos reinados subsequentes, sendo a Igreja Anglicana combatida e criticada por elementos religiosos de outras tendências cristãs, gerando, a exemplo de outros países da Europa, uma intensa guerra religiosa.



Henrique VIII

A reforma religiosa na Inglaterra é anterior à efetiva expansão e consolidação do luteranismo e do calvinismo na Europa. As ideias protestantes, a princípio muito populares entre a gentry (pequena nobreza inglesa envolvida na prática das atividades mercantis e artesanais), eram recorrentes no reino inglês, sendo pontualmente reprimidas pelos monarcas. Um exemplo de um movimento protestante muito comum na Inglaterra é o **lolardismo**.

Apesar da condenação lançada sobre eles por Ricardo II, a expansão das concepções religiosas protestantes tradicionalmente não foi reprimida pelos monarcas ingleses, nem mesmo por Henrique VIII, o que influenciou a formação da Igreja Anglicana.



lolardismo

O movimento dos lolardos teve forte conotação político-religiosa e se desenvolveu na Inglaterra entre o final do século XIV e o início do século XV, sob influência dos ensinamentos de John Wycliffe (1328-1384), um dos principais teólogos da Universidade de Oxford, que propunha a reforma da Igreja Católica. Na imagem acima, vemos John Wycliffe.A pregação dos lolardos gerou a desconfiança da monarquia porque criticava duramente a Igreja Católica e os privilégios do clero. Por isso, em meados de 1381, quando uma insurreição social se espalhou pelos campos ingleses, o rei Ricardo II acreditou que os tumultos haviam sido promovidos pelos lolardos e decretou a expulsão de Wycliffe e dos seus seguidores da Inglaterra, bem como proibiu a citação aos seus ensinos nos sermões e nas discussões acadêmicas sob pena de prisão.Os lolardos contribuíram para a reforma anglicana, pois difundiram a ênfase na autoridade bíblica e a crença na necessidade de uma comunhão pessoal com Cristo.

> Apesar da forte conotação religiosa que orientou a Reforma anglicana, sua origem não pode ser explicada somente neste âmbito, tornando-se necessário identificar os outros fatores que motivaram a sua realização.

Como as demais nações da Europa, a Inglaterra era católica e seu rei jurara lealdade ao papado.

A dinastia inglesa dos Tudor lutava para manter a centralidade da sua autoridade sobre os seus súditos e usava a seu favor os princípios do catolicismo, que corroboravam a distinção da função monárquica entendida

como sendo desempenhada por atribuição divina, não só pelo monarca vigente, mas também por seus herdeiros.

Através da força do exército e da burocracia, os reis Tudor propiciavam à gentry, a segurança necessária para preservar as suas atividades comerciais. Em troca, esta pequena nobreza oferecia ao rei uma sólida base de apoio no parlamento inglês.

Assista ao vídeo e continue aprendendo mais sobre Cristianismo.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

O clero inglês tinha, tradicionalmente, um caráter administrativo e pouco aristocrático, constituído desde o período medieval, quando os reis eram os responsáveis por eleger a maior parte dos membros do alto clero com o apoio do papado. Desta forma, a atuação do rei sobre os assuntos eclesiásticos era frequente e a fidelidade do clero estava normalmente mais ligada ao monarca do que ao papa. Além disso, era comum que os monarcas Tudor controlassem as terras romanas da Igreja Católica e enviassem à Roma os impostos pagos, dando ao soberano uma grande inserção na gestão dos bens eclesiásticos.

A independência do clero inglês frente à Igreja romana, em grande parte, se dava também pela formação intelectual recebida pelos membros dos seus quadros. Nomes como Wyckham (1320-1404), Henry Chichele (1364-1443), Richard Foxe (1448-1528) e Thomas Wosley (1470-1530) são exemplos de eclesiásticos que fundaram faculdades e escolas para educar clérigos e laicos. A influência dos humanistas bíblicos ou dos reformadores de Oxford, como John Colet (1466-1514), logo fez-se sentir na igreja inglesa, estimulando o estudo da Bíblia na língua original, através do novo testamento grego de Erasmo e fazendo críticas à decadência da Igreja romana.

Apesar das críticas feitas à Igreja romana e o florescimento intelectual do clero inglês, cabia ao monarca ser o guardião da fé católica na Inglaterra. Por isso, em 1521, Henrique VIII ordenou a queima da obra **Defesa dos Sete Sacramentos**, de Martinho Lutero, o que lhe rendeu o título de **Defensor da Fé**, que foi concedido pelo papado. Entretanto, a ação real não impediu a propagação da fé luterana.

A lealdade do rei Henrique VIII ao papado resistiu à inserção das tendências protestantes no solo inglês, mas foi rompida quando o rei pediu ao papa Clemente VII (1478-1534) que o livrasse do seu casamento com Catarina de Aragão (1485-1536). O pedido de cancelamento foi feito pelo fato da união não ter lhe rendido um herdeiro masculino - havia nascido somente uma filha, que gozava de uma saúde muito frágil). Henrique VIII também desejava que sua união com a dama inglesa Ana Bolena (1507-1536) fosse legitimada, após a concessão do divórcio.



Papa Clemente II

O que poderia ser resolvido facilmente, tornou-se uma questão política internacional. Catarina de Aragão era tia de Carlos V, imperador do Sacro Império Romano Germânico, que, na Espanha, atendia pelo título de Carlos I, um dos principais aliados de Clemente II na defesa da fé católica contra o luteranismo em seu Império. Carlos V não aceitava que a sua tia fosse alvo da desonra de um divórcio.

Dessa forma, entre o apoio de Carlos V e o de Henrique VIII, Clemente II ficou ao lado do sobrinho de Catarina de Aragão. A partir daí, Henrique VIII iniciou a ruptura entre as igrejas inglesa e a romana. O monarca, então,

recorreu à Igreja Anglicana para obter seu divórcio. Através do Parlamento da Reforma, instalado entre 1529 e 1536, aboliu-se o controle papal sobre a igreja inglesa.



Comentário

Em 1532, o rei articulou-se com o clero para promover a assinatura da Submissão do Clero, documento que estabeleceu que nenhuma bula papal poderia ser promulgada sem o consentimento do rei. Desta forma, Henrique VIII tornou-se o chefe da igreja inglesa, conseguiu que o seu casamento com Catarina fosse anulado em 1533 e casou-se com Ana Bolena. No entanto, esta anulação só foi reconhecida pela igreja inglesa, o que levou Catarina e sua família a considerar que ainda possuía direitos sobre o trono inglês, o que gerou problemas sucessórios futuros, e fez com que o papado a excomungasse Henrique VIII. Após conseguir o divórcio, Henrique VIII monarca iniciou a reforma religiosa inglesa. O monarca proibiu que membros do clero inglês residissem fora do país e suspendeu o envio dos recursos da igreja inglesa para Roma.

O ponto alto da Reforma Anglicana foi a assinatura do Ato de Supremacia (1534), através do qual o monarca tornava-se o único chefe supremo da igreja inglesa. Para assegurar a sucessão do trono aos herdeiros gerados da sua união com Ana Bolena, o monarca assinou o Ato de Sucessão.

Consolidada a sua posição como chefe da igreja inglesa, Henrique VIII pôs fim aos monastérios católicos, incorporou as terras e as riquezas da Igreja romana ao tesouro real inglês e vendeu boa parte das propriedades à gentry, que se tornou uma das defensoras mais ardorosas do monarca e da reforma. Constituída a igreja anglicana, tornava-se necessário estabelecer os seus princípios dogmáticos, o que foi feito com o projeto de reforma iniciado por Thomas Cromwell (1485-1540), eleito secretário do rei em 1533 e vigário-geral ou vice-rei dos assuntos espirituais, em 1535.

Cromwell se transformou na peça central da reforma de Henrique VIII, sendo responsável pela realização de um levantamento geral de todas as igrejas e monastérios do reino. Ele foi a cabeça por trás da legislação revolucionária de 1534, do Ato de Sucessão, do Ato de Supremacia e do Estatuto das Traições.



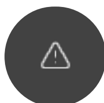
Xilografia utilizada para ilustrar o livro Utopia, de Thomas More.

Todos estes documentos visavam assegurar que os súditos e membros da Igreja anglicana entendessem o princípio de que a matéria religiosa deveria estar submissa à política, logo, qualquer deslealdade religiosa significaria uma falta de lealdade ao monarca. A difusão desta noção não se deu sem oposições. Thomas More, o célebre autor de uma das obras mais importantes do período moderno, ***Utopia***, levantou-se contra este princípio jurídico e religioso e terminou condenado à morte pelo monarca.

A morte de Thomas More aumentou a tensão e a impopularidade da reforma conduzida por Cromwell, que tornou-a ainda maior quando estabeleceu a dissolução de alguns monastérios menores, o que alimentou uma espécie de cruzada popular, sob a liderança do advogado Robert Aske (1500-1537), denominada **Peregrinação da Graça**.

Peregrinação da Graça

Esse movimento, com representação socioeconômica heterogênea, aliava críticas religiosas às reivindicações políticas. Os membros do movimento reivindicavam a restauração das abadias, o restabelecimento da supremacia espiritual da igreja, a deposição dos bispos hereges e a punição de Thomas Cromwell. Em termos políticos, defendiam que o parlamento reformado fosse considerado inválido por não ter sido livremente eleito. Dessa forma, as eleições parlamentares deveriam ser modificadas e um novo parlamento deveria ser reunido no Norte. Além disso, o movimento defendia que a princesa Mary Tudor, filha de Henrique VIII com Catarina de Aragão, deveria ser reconhecida como legítima herdeira do trono inglês.



Atenção

A monarquia conseguiu deter a Peregrinação da Graça, mas seus efeitos foram cruciais no caminho reformista. O monarca percebeu rapidamente que deveria pôr fim à reforma de Cromwell e aproximar a igreja inglesa dos elementos religiosos mais conservadores e antiprotestantes.

Em 1539, Henrique VIII fez com que o parlamento aprovasse os **Seis Artigos**, documentos com grande parte dos dogmas católicos, como a transubstanciação e o celibato. Além disso, em 1543, o rei mandou publicar o ***King's Book*** (Livro do Rei) que continha a declaração doutrinal anglicana.

A morte de Henrique VIII levou seu filho Eduardo VI (1537-1553) ao trono, mas, por ser menor de idade, seu tio Duque de Somerset foi escolhido como seu regente, pois simpatizava com o protestantismo e defendeu a liberdade religiosa.



Eduardo VI

Em 1547, o parlamento, com o aval do poder régio, permitiu aos leigos tomarem o cálice da comunhão, pôs fim às leis de traição e de heresia, dentre outros pontos. O casamento dos sacerdotes foi legalizado em 1549, bem como estabelecido o ***Livro de Oração Comum***, que determinava o uso do inglês e a leitura da Bíblia nos rituais religiosos, além da elaboração de um credo com forte tendência calvinista.

Com a morte do monarca, Maria Tudor (1553-1558) chegou ao poder após disputas sucessórias com sua irmã Joana. Para o projeto reformista anglicano, o reinado de Maria I representou um amplo retrocesso na medida, pois a monarca fez com que a igreja inglesa retornasse ao catolicismo.

Grande parte do projeto antirreformista da rainha pode ser atribuída à influência de seu marido Filipe II (1527-1598), que, naquele momento, representava uma das maiores forças católicas a serviço do papado na Europa. Felipe II investia pesadamente em uma expansão territorial do seu império em direção ao Oriente. Apesar da proeminência do novo consorte, o casamento não foi bem recebido por alguns setores da nobreza inglesa.



Maria Tudor.


Filipe II.

Maria I conseguiu o apoio do parlamento para retornar ao catolicismo, mas se tratava de um catolicismo reformado. Uma das figuras religiosas mais emblemáticas do reinado de Maria I foi o cardeal Pole, que conduziu o processo de retorno ao catolicismo. O parlamento decidiu que os monastérios não seriam devolvidos e nem a submissão da igreja inglesa à romana, não sendo recobrada a antiga unidade internacional católica.

Desta forma, a soberana teve que superar a resistência de alguns religiosos considerados heréticos, a pressão de um ministério organizado que tinha alcançado a consciência da sua força política. Além disso, Maria I também teve que lidar com as forças reformistas do continente, principalmente as controladas por Calvino, com oitocentos clérigos ingleses que se recusaram a acatar as mudanças e a perder suas paróquias e fugiram para Genebra e Frankfurt.

O combate aos protestantes se deu através das perseguições que renderam à soberana a alcunha de Maria Sangrenta. A execução dos bispos protestantes Hooper, Ridley, Latimer e Cranmer acirraram os ânimos religiosos na Inglaterra e fizeram com que o reinado de Maria I, que só durou cinco anos, mergulhasse em conflitos que conduziram Elizabeth, meia-irmã da rainha e filha de Henrique VIII, ao poder.



Atenção

O reinado de Elizabeth I marcou o retorno ao protestantismo. A nova soberana teve diante de si o desafio de conciliar os interesses de um reino totalmente dividido pelas guerras religiosas. O fato de o casamento de seus pais não ser considerado legítimo pelo catolicismo fez com que a rainha adotasse uma linha de governo mais moderada. Em 1559, o parlamento adotou o Ato de Supremacia, que tornou Elizabeth I a única autoridade eclesiástica e temporal da Inglaterra, vencendo a resistência do sistema episcopal católico e submetendo-o a sua autoridade.

Para firmar a posição do anglicanismo, a rainha reiterou a condenação de heresia sobre os anabatistas e os milenaristas e também constituiu o Credo da Igreja Anglicana, em 1571, que é usado até hoje.

A ruptura da Inglaterra com o catolicismo não se deu sem que se estabelecessem conflitos com o papado, que, mais uma vez, recorreu ao apoio da Espanha em sua luta religiosa. Filipe II, marido da falecida Maria I, considerou adequado lutar em favor da causa católica por considerar-se também apto para ocupar o trono inglês.

Então, em 1588, Filipe II armou sua Armada Invencível e enviou-a contra a Inglaterra, que venceu a batalha com barcos pequenos e ágeis. Desta forma, Filipe II não só não conseguiu deter o avanço do protestantismo na Europa, mas também não foi capaz de impedir que a Inglaterra continuasse a prestar apoio e suporte aos protestantes dos Países Baixos, que, neste momento, estavam sob o governo de Filipe II, em sua luta religiosa contra a Espanha.

A vitória contra o papado não significou o fim dos conflitos religiosos na Inglaterra. O crescimento do puritanismo ameaçava tornar a igreja episcopal inglesa presbiteriana ou congregacional. Por criticarem duramente o papado e pretenderem purificar a Igreja anglicana segundo os princípios bíblicos, já que consideravam a Bíblia como a principal regra de fé e de prática, os opositores do anglicanismo foram chamados de puritanos.

> Os puritanos seguiam as leituras que Wiliam Ames e Wiliam Perkins fizeram do calvinismo. Havia muitos adeptos dessa corrente entre advogados, comerciantes e moradores da zona rural.

É bom esclarecer que o puritanismo não era uma dissidência do anglicanismo, mas uma das suas facções, que se subdividia entre os que desejavam uma igreja presbiteriana e aqueles que pretendiam construir uma igreja congregacional oficial, sendo estes últimos conhecidos como Independentes, pois pretendiam a separação entre igreja e Estado.

Os conflitos religiosos prolongaram-se após o reinado de Elizabeth I e estiveram no cerne do processo de colonização norte-americano, mas o anglicanismo conseguiu preservar-se como a religião estatal inglesa até os dias atuais.

Cristianismo e colonização do Novo Mundo

Assista ao vídeo e continue aprendendo mais sobre a história do Cristianismo.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

A descoberta do Novo Mundo representou uma possibilidade para a Igreja romana estender a sua fé, já contestada na Europa, a novos territórios e povos desconhecidos. Parceira dos reis ibéricos desde a Idade Média, a Igreja peninsular se mantinha em uma posição de certa submissão aos monarcas. Tal subordinação era tolerada porque era do interesse da Igreja romana ter um braço militar na Península Ibérica capaz de manter sob controle as forças muçulmanas.

Os muçulmanos chegaram à península no século VIII, mas só foram efetivamente dominados em 1492, com a tomada do reino de Granada pelos cristãos. Acreditamos que você já tenha notado que a conquista de Granada coincide com a descoberta da América, sendo ambos os fatos frutos da iniciativa dos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela.



Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

Os reis peninsulares, movidos pela mesma mentalidade de reconquista territorial que havia direcionado suas lutas contra os árabes, lançaram-se às terras de Ultramar, tendo novamente a Igreja como parceira na justificação das ações necessárias ao processo de colonização do novo território.

Logo, a conquista da América pelos monarcas ibéricos ganhou um ar de reconquista, na medida em que uma das suas ações era justamente a conquista de um novo território para a expansão da fé católica, que teria o seu rebanho aumentado com a conversão dos povos indígenas.

Portugal e Espanha formaram os maiores impérios coloniais da Era Moderna. A conquista da América iniciou-se, em 1492, com a chegada dos espanhóis e concretizou-se na maior parte do território americano com a descoberta do Brasil, em 1500. O Novo Mundo oferecia às monarquias ibéricas a oportunidade de abastecer o seu tesouro com metais preciosos, mais disponíveis à Espanha do que a Portugal em um primeiro momento, e seus navios com as especiarias cobiçadas no Ocidente europeu.



A conquista da América.

No entanto, assim como fora feito anteriormente na península, não bastava ao projeto monárquico somente a conquista do território, mas a sua ocupação e consequente produtividade. Para tanto, as monarquias ibéricas investiram na montagem de um sistema colonial no qual se fazia necessária a atuação da Igreja, disponibilizando a força organizadora adequada à concretização do projeto, expressa principalmente pelo clero regular.



Comentário

Lembrando-se do que jpa vimos até aqui, é possível perceber o potencial empreendedor que caracterizou o monacato medieval, uma das principais bases sobre as quais se configurou a resistência da Igreja Católica ao avanço do protestantismo e à expansão do catolicismo para o Novo Mundo. Desta forma, o clero regular se tornou um dos personagens mais efetivos do projeto contrarreformista, já que o deslocamento para regiões inóspitas não era muito atrativo para o clero secular.

Em troca da atuação ativa no processo colonizador, o clero regular recebeu uma série de privilégios territoriais, que causaram conflitos com o clero secular, principalmente com os bispos, que versavam sobre o controle do exercício das práticas religiosas e dos fieis de uma região.

A ordem religiosa mais atuante na América portuguesa foi a Companhia de Jesus. No entanto, outras ordens também deixaram a sua marca na colonização americana, como os capuchinhos, que realizaram missões no Maranhão, no século XVI, e no rio São Francisco, no século XVII.

Na América espanhola, franciscanos, dominicanos e agostinianos foram o apoio inicial da coroa até 1572, quando foram substituídos pelos jesuítas. Os indígenas eram peças fundamentais na engrenagem de exploração do continente americano, daí a necessidade de torná-los dóceis ao domínio ibérico, o que seria feito pela expansão da fé cristã entre estes povos considerados selvagens, mas não desalmados como os negros africanos.



Símbolo da Companhia de Jesus.

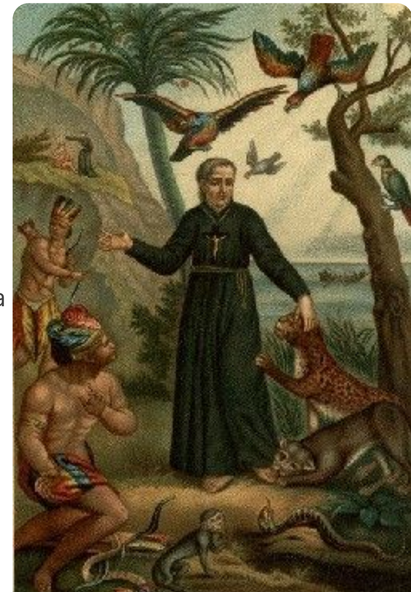
Sendo assim, fazia-se necessário converter os indígenas ao cristianismo para que eles abandonassem as suas práticas pagãs e conhecessem os princípios da civilidade. Somente dessa forma eles entenderiam o papel produtivo compulsório que deveriam desempenhar no sistema colonial. Coube, portanto, aos jesuítas o protagonismo na ampliação do contato e na conversão dos povos indígenas.

Os projetos de colonização portuguesa e espanhola possuíam matizes muito semelhantes, mas, de acordo com as peculiaridades locais, ganhavam colorações diferentes. Na América espanhola, por exemplo, houve maior incidência do uso da guerra para a submissão da população nativa, muito mais estruturada política, econômica, social e culturalmente do que as tribos indígenas encontradas pelos portugueses no Brasil.

Impérios como o maia, o asteca e o inca foram assolados pela sangrenta conquista espanhola, não só como vítima dos conflitos bélicos, mas também pela disseminação de doenças como a gripe para a qual os indígenas não possuíam as defesas biológicas necessárias. Já a coroa portuguesa, que não encontrou nas terras brasileiras povos indígenas estruturados de forma mais complexa, investiu em uma política de aproximação com os indígenas em um primeiro momento, ao contrário dos conflitos bélicos, que ocorreram em circunstâncias posteriores.

A atuação dos jesuítas no processo de evangelização das áreas coloniais incluía o desenvolvimento de práticas diversas e peculiares. De uma forma geral, a primeira preocupação dos religiosos era estabelecer uma linha de comunicação adequada com os indígenas, dominando sua língua nativa e, em seguida, ensinar a eles o latim para que pudessem se tornar aptos ao convívio com os novos líderes da sua terra.

Foi imbuído deste esforço que o padre jesuíta José de Anchieta, que chegou ao Brasil em 1553, embrenhou-se pelo sertão com o apoio de alguns indígenas e dedicou-se ao estudo da língua tupi e à difusão do latim. Os esforços linguísticos de Anchieta foram traduzidos na construção da primeira gramática tupi, a ***Arte da Gramática da Língua Mais Falada na Costa do Brasil***, publicada em Coimbra, em 1595.


Cromolitografia da editora Berzinger & Co. bastante divulgada por volta de 1900

José de Anchieta.

A chegada dos jesuítas ao Brasil, com todo o seu afã evangelizador, e a disposição da coroa para iniciar efetivamente a colonização do Brasil, são explicáveis pela ameaça de perda de territórios na América portuguesa para os franceses, que já haviam travado uma relação de amizade com os tamoios.

Com a ajuda dos tamoios, os franceses enchiam seus navios de pau-brasil para abastecer as manufaturas têxteis europeias. Quando Villegaignon conseguiu apoio do rei francês para o seu projeto de fundar uma colônia protestante na Baía de Guanabara, teve início uma tentativa efetiva de ocupação do território brasileiro.



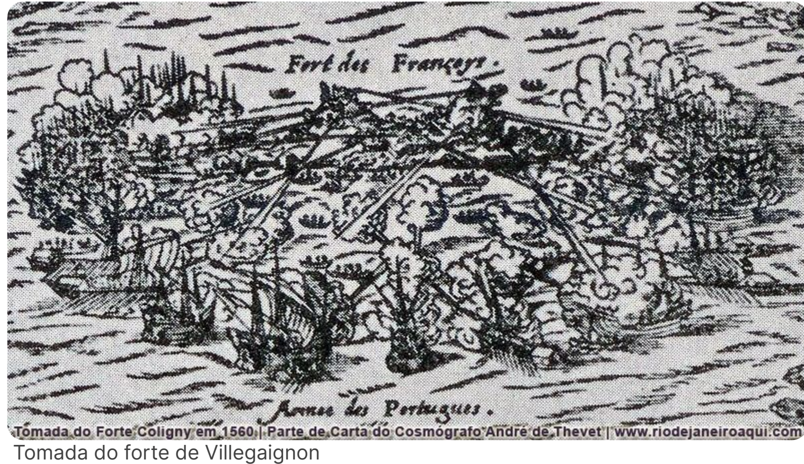
Saiba mais

O projeto de Villegaignon fracassou por causa da rigidez moral e religiosa que ele pretendia impor aos seus colonos, que viam com bons olhos a convivência com os indígenas e seus costumes e, tão logo puderam, se rebelaram contra o seu líder. A situação de Villegaignon ficou ainda mais difícil quando a coroa portuguesa cedeu aos apelos dos colonos e dos jesuítas, principalmente José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, para reunir tropas e proteger as possessões portuguesas na Baía da Guanabara, antes que os franceses conseguissem estabelecer ali a heresia do calvinismo.

A coroa atendeu aos apelos dos jesuítas porque a perda daquelas possessões comprometeria o acesso dos portugueses ao sul, onde encontrava-se a bacia do rio da Prata, rica em minérios e alvo de disputas com os espanhóis. Os esforços das tropas da coroa, formada por colonos e indígenas aliados (como os temiminós), não foram suficientes em um primeiro momento.

As batalhas na Guanabara reuniam portugueses e temiminós de um lado e franceses e tamoios do outro. Após vários conflitos e a fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, a vitória foi dos portugueses e aliados.

Você já deve ter notado que os povos indígenas já disputavam as melhores terras antes dos europeus chegarem aqui. Os portugueses se aproveitavam dos conflitos para reforçar sua aliança com algumas tribos e torna-los seus agentes de dominação. Foi com a ação dos jesuítas e dos aliados indígenas que o Sudeste foi sendo desbravado e cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo foram fundadas.



Tomada do forte de Villegaignon

O deslocamento dos jesuítas pelo território colonial era produtivo para ampliar o contato com os indígenas, mas era muito lento. Logo, optou-se por substituir essas peregrinações missionárias pela organização das **missões**. Nestas comunidades, os indígenas eram catequizados e viviam da prática agrícola disseminada pelos jesuítas, que cuidavam da administração das comunidades.

Na América espanhola, o aldeamento dos indígenas gerou uma grave tensão entre colonos e clérigos. A exploração da mão de obra indígena se deu de forma muito mais organizada e planejada do que na América portuguesa, onde tudo parecia ser feito com improvisos.

Assista ao vídeo e continue aprendendo mais sobre a história do Cristianismo.

Missões

Comunidades indígenas organizadas pelos jesuítas em regiões próximas aos núcleos de povoamento.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

O reinado de Elizabeth I marcou o retorno ao protestantismo. A nova soberana teve diante de si o desafio de conciliar os interesses de um reino totalmente dividido pelas guerras religiosas. O fato de o casamento de seus pais não ser considerado legítimo pelo catolicismo fez com que a rainha adotasse uma linha de governo mais moderada. Em 1559, o parlamento adotou o **Ato de Supremacia**, que tornou Elizabeth I a única autoridade eclesiástica e temporal da Inglaterra, vencendo a resistência do sistema episcopal católico e submetendo-o a sua autoridade.

Na América espanhola, o aldeamento dos indígenas gerou uma grave tensão entre colonos e clérigos. A exploração da mão de obra indígena se deu de forma muito mais organizada e planejada do que na América portuguesa, onde tudo parecia ser feito com improvisos.

É bom lembrar que a avidez da coroa e dos colonos para a exploração das riquezas da região era potencializada pelo fato de que os indígenas das colônias espanholas já conheciam o uso de metais preciosos. Além disso, os indígenas também já estavam habituados a terem o seu trabalho explorado por outros povos indígenas da região. Desta forma, quando os conquistadores espanhóis chegaram à América, introduziram duas formas de trabalho escravo que já possuíam precedentes entre os indígenas da região:

Mita

A mita, também conhecida como repartimiento e cuatéquil, era uma espécie de serviço compulsório que os indígenas eram obrigados a cumprir por um período de tempo específico geralmente na extração de minérios, um dos trabalhos mais pesados a que os indígenas eram expostos.

Encomienda

Já a encomienda foi uma forma de exploração do trabalho indígena, criada em 1512, na qual um encomendero recebia da coroa o direito de explorar o trabalho de um grupo de índios em atividades agrícolas ou na extração de minérios, desde que assegurasse que eles receberiam a devida educação religiosa cristã.

Muitos religiosos, como Bartolomeu de Las Casas (1474 e 1566), insistiam com a coroa sobre a necessidade de regulamentar as práticas exploratórias indígenas e garantir que os indígenas aldeados estariam sujeitos à autoridade dos religiosos que cuidavam das missões e livres da ganância dos colonos. Para tentar dirimir estes conflitos, a coroa promulgou, em 1512, as **Leyes de Burgos**, nas quais se proibiam os maus tratos aos nativos. Entretanto, a maior parte destas leis não foram cumpridas e os conflitos continuaram.

Leyes de Burgos

Primeira codificação de leis que regiam o comportamento dos colonos espanhóis na América principalmente em relação aos índios.


Bartolomeu de Las Casas.

Na América portuguesa, os aldeamentos indígenas foram idealizados pelo padre Manoel da Nóbrega, mas foi o padre Antonio Vieira o grande articulador das regras que orientavam o funcionamento das missões. Os aldeamentos alcançavam significados diferentes de acordo com os segmentos sociais da colônia.

A coroa portuguesa entendia as missões como uma oportunidade de integrar os indígenas à sociedade colonial, tornando-os súditos fiéis que constituiriam forças defensivas vitais para a manutenção dos territórios. Para os colonos, os aldeamentos eram a oportunidade de conseguir a mão de obra necessária para a exploração do território.

E para os indígenas? O que eles pensavam sobre os aldeamentos?

Levando-se em consideração a instabilidade que os europeus trouxeram para o Novo Mundo, com guerras, doenças e a interferência direta no equilíbrio de forças existentes entre as tribos indígenas, o que dificultava o acesso ao solo. Alcançar o status de aldeados era, para algumas tribos, a oportunidade de viver de forma mais confortável em uma realidade que lhes parecia altamente instável e hostil.

Na América portuguesa, os líderes indígenas participavam da administração das aldeias como agentes mediadores entre os interesses da coroa, da Igreja e dos indígenas. É bom lembrar que, dentro de um aldeamento, eram reunidos indígenas de diversas tribos, sendo o chefe, chamado capitão-mor da aldeia, o representante da tribo mais numerosa. Nas missões, os indígenas participavam de festas e rituais religiosos cristãos que, por vezes, eram assimilados de forma sincrética às formas de religiosidade indígenas.



Atenção

Não somente os indígenas necessitavam da catequização, a Igreja também cuidava da vida religiosa dos seus colonos e da população que aqui se formava. Nos povoados, era comum que houvesse um edifício religioso onde o clero secular pudesse oferecer a orientação religiosa necessária aos colonos, que precisavam participar periodicamente dos ritos e das festas religiosas, além de serem batizados e casados diante dos olhos da Igreja.

No projeto de colonização desenvolvido pelos espanhóis, havia uma clara correlação entre o desenvolvimento da vida urbana, ocupação e exploração do espaço e inserção do clero na vida cotidiana dos colonos. As cidades construídas nas colônias espanholas foram planejadas de acordo com as orientações do que pode ser considerado o primeiro código urbanístico da Idade Moderna, as Leis das Índias, publicadas em 1573, por Filipe II. A presença de um prédio religioso no centro do espaço urbano é característica comum às cidades da América espanhola e portuguesa.

Os tribunais da Inquisição também estavam presentes nas colônias para evitar que outras formas de religiosidade existissem nas colônias. No Brasil, a função inquisitorial foi confiada aos bispos, com a criação do bispado da Bahia, em 1551, mas ele teve pouca atuação até o século XVI, pois a Inquisição portuguesa foi mais branda do que a espanhola. Mesmo assim, os tribunais da Inquisição se tornaram mais um instrumento da ação centralizadora do Estado do que um instrumento papal.



Tribunal da Inquisição espanhola.

Na Espanha, o principal alvo das perseguições inquisitoriais eram os **conversos**. Vários cristãos-novos fugiam para Portugal onde eram bem recebidos pelo rei D. Manuel I (1495-1521), juntamente com os seus tesouros e habilidades administrativas.

Muitos conversos migraram para a América e, conforme houve o recrudescimento dos tribunais inquisitoriais em Portugal no reinado de D. João III (1521-1557), o peso da inquisição nas colônias se tornou mais efetivo. No entanto, só podemos falar de um aumento das práticas inquisitoriais no Brasil durante período da União Ibérica, entre 1580 e 1640, quando Portugal e Espanha estiveram sob a liderança do mesmo rei, Filipe II.

Neste período, os tribunais da inquisição instalados no Brasil, seguindo a mesma linha dos tribunais de Lima, México e Cartagena, que agiam rapidamente na localização e na condenação dos culpados, não se dispunham somente a condenar os cristãos novos, mas também a punir como heresia qualquer ação que incluísse comportamentos morais e sexuais (sodomia, fornicação, bigamia) ou aqueles que fossem considerados seguidores da seita de Lutero.

Novas visitações da Inquisição foram enviadas durante o século XVII. No século XVIII, foi montada no Brasil uma engrenagem inquisitorial que reunia uma série de indivíduos em uma hierarquia com o objetivo de enviar para Portugal aqueles que fossem suspeitos de heresia. Durante o período pombalino (1750-1777), a atividade inquisitorial diminuiu consideravelmente no Brasil, pois a coroa portuguesa tinha de se adaptar às ideias iluministas e tornar-se uma monarquia esclarecida. Em 1821, as cortes portuguesas aboliram definitivamente os tribunais da Inquisição.

Conversos

Judeus que haviam se convertido ao catolicismo para fugir das perseguições que haviam se intensificado no século XIV.



Comentário

Até aqui tivemos a oportunidade de compreender a importância que a aliança estabelecida entre as igrejas católica e protestante e os Estados modernos alcançou na estruturação e na preservação destas instituições. Desenvolvendo uma relação simbiótica, igrejas e Estados mantiveram-se ocupando a liderança política, econômica, social e cultural no mundo moderno, seja através de uma igreja estatal, como a anglicana, seja através de práticas de evangelização e de aculturação da população de todo um continente, como o americano.

Verificando o aprendizado

Questão 1

O texto abaixo é um trecho dos trinta e nove artigos da Igreja Anglicana. Leia e responda à questão proposta:

"Os sacramentos instituídos por Cristo não são unicamente designações ou indícios da profissão dos cristãos, mas antes testemunhos certos de verdade divina, e sinais da graça, e da boa vontade de Deus para conosco, pelos quais ele fortalece e confirma a nossa fé nele.

Há dois Sacramentos ordenados por Cristo nosso Senhor no Evangelho, isto é, o Batismo e a Ceia do Senhor. Os cinco vulgarmente chamados sacramentos, isto é, Confirmação, Penitência, Ordens, Matrimônio, e Extrema Unção, não devem ser contados como sacramentos do evangelho, tendo em parte emanado duma corrupta imitação dos apóstolos, e sendo, em parte, estados de vida permitidos nas Escrituras; não tem, contudo, a mesma natureza de sacramentos como o Batismo e a Ceia do Senhor, porque não tem sinal algum visível ou cerimônia ordenada por Deus.

Os sacramentos não foram ordenados por Cristo para servirem de espetáculo, ou serem levados em procissão, mas para devidamente os utilizarmos. E só nas pessoas que dignamente os recebem ele produz um benefício espiritual; mas os que indignadamente os recebem, adquirem para si mesmos a condenação, como diz São Paulo."

Defina o que os sacramentos representam para a Igreja Anglicana e identifique os sacramentos utilizados na Igreja Anglicana.

Chave de resposta

Os sacramentos, para a Igreja Anglicana, são testemunhos certos da verdade divina. São sinais da graça e da boa vontade de Deus para com os homens, através dos quais, Deus fortalece e confirma a fé dos homens Nele.

Os sacramentos utilizados na Igreja Anglicana são o Batismo e a Ceia.

Questão 2

Leia um trecho da carta enviada pelo padre Manoel da Nóbrega, de 1588, para tratar da forma como os indígenas deveriam ser orientados:

"Primeiramente, o gentio se deve sujeitar a fazê-lo viver como criaturas racionais, fazendo-lhes guardar a lei natural. A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristão, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes padres da Companhia para os doutrinarem."

Fonte: ALMEIDA, M. de C. Catequese, aldeamento e missionação. *In*: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). O Brasil colonial: volume 1 (1443 - 1580). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 404.

Identifique as orientações dadas pelo jesuíta para que os indígenas alcançassem o status de cristãos.

Chave de resposta

Os indígenas deveriam abandonar a prática do canibalismo e a poligamia. Não deveriam mais andar nus. Deveriam também abandonar a feitiçaria e o nomadismo, não se deslocando mais de uma região para outra e aprendendo a explorar a terra.

Questão 3

Igreja protestante originária da Inglaterra, que tinha como característica o exercício da liderança religiosa pelo monarca:

A Presbiteriana

B Luterana

C Anabatista

D Anglicana

E Puritana



A alternativa D está correta.

A Igreja Anglicana foi fundada na Inglaterra no século XVI, durante o reinado de Henrique VIII, e tem como uma de suas características centrais o controle da liderança religiosa pelo monarca, que passou a ser o chefe da igreja no lugar do papa.

Questão 4

Sobre o processo de cristianização da América colonial, podemos afirmar que:

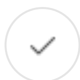
A Os espanhóis permitiram a livre pregação do calvinismo em suas colônias.

B As missões foram as estratégias mais utilizadas pelas coroas espanhola e portuguesa para catequizar a população indígena.

C A coroa portuguesa não permitiu a ação de membros dos tribunais da Inquisição no Brasil.

D Os jesuítas se recusaram a apoiar o projeto colonizador das coroas ibéricas na América.

E Os franceses, atraídos pelo pau-brasil, ocuparam uma vasta faixa de terras na região Sul do país, que era rica em minérios, e formaram um dos primeiros núcleos protestantes no Brasil.



A alternativa B está correta.

Durante a colonização da América, tanto a coroa espanhola quanto a portuguesa utilizaram as missões religiosas como principal instrumento de cristianização dos povos indígenas, promovendo a catequese e a integração forçada à cultura europeia.

Guerras religiosas na Inglaterra

Assista ao vídeo e continue aprendendo mais sobre a história do Cristianismo.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

As guerras religiosas ocorridas na Grã-Bretanha ao longo dos séculos XVII e XVIII são consideradas um marco decisivo da história do Cristianismo, pois promoveram a consolidação das correntes protestantes na cultura inglesa e a sua expansão para outras regiões mundiais, como o continente americano.

Conforme ocorrido em outros conflitos religiosos, as guerras religiosas na Inglaterra estiveram totalmente imbricadas no quadro político que oscilava entre uma tendência centralista do poder monárquico, emanada da Inglaterra, e uma postura de aumento da autonomia política de regiões até então entendidas como periféricas, como a Escócia e a Irlanda.

Os conflitos religiosos ingleses terminaram, então, gerando as chamadas Revoluções Inglesas, que lançaram a população da Grã-Bretanha em embates militares e perseguições políticas. Vamos, então, entender agora o quadro político-religioso que caracterizou a Grã-Bretanha nos séculos referidos.

Como você já sabe, a Igreja Anglicana que, desde Henrique VIII, tinha o monarca britânico como chefe supremo, dependia fortemente das tendências religiosas de seu líder que oscilavam entre o catolicismo e o protestantismo, como vimos anteriormente.



Carlos I, 1636.

Em 1625, Carlos I assumiu o trono e, por seguir princípios doutrinários próximos aos defendidos pela Igreja Católica, além de ter-se casado com uma princesa católica, a francesa Henriqueta Maria, despertou, logo de início, a oposição de vozes anticatólicas na sociedade britânica, especialmente a dos puritanos que, nesse momento, tinham significativa presença no Parlamento. O **puritanismo**, movimento que recebeu esta denominação por defender a purificação da Igreja Anglicana de quaisquer elementos relacionados ao Catolicismo, foi um ramo do movimento cristão reformista na Inglaterra.

Um dos conflitos mais efetivos entre os puritanos e a monarquia inglesa se deu no governo de Carlos I, que em 1633, delegou a William Laud, arcebispo da Cantuária, o comando de uma forte repressão às ideias puritanas, reforçando a prática de rituais tradicionalistas na Igreja Anglicana.

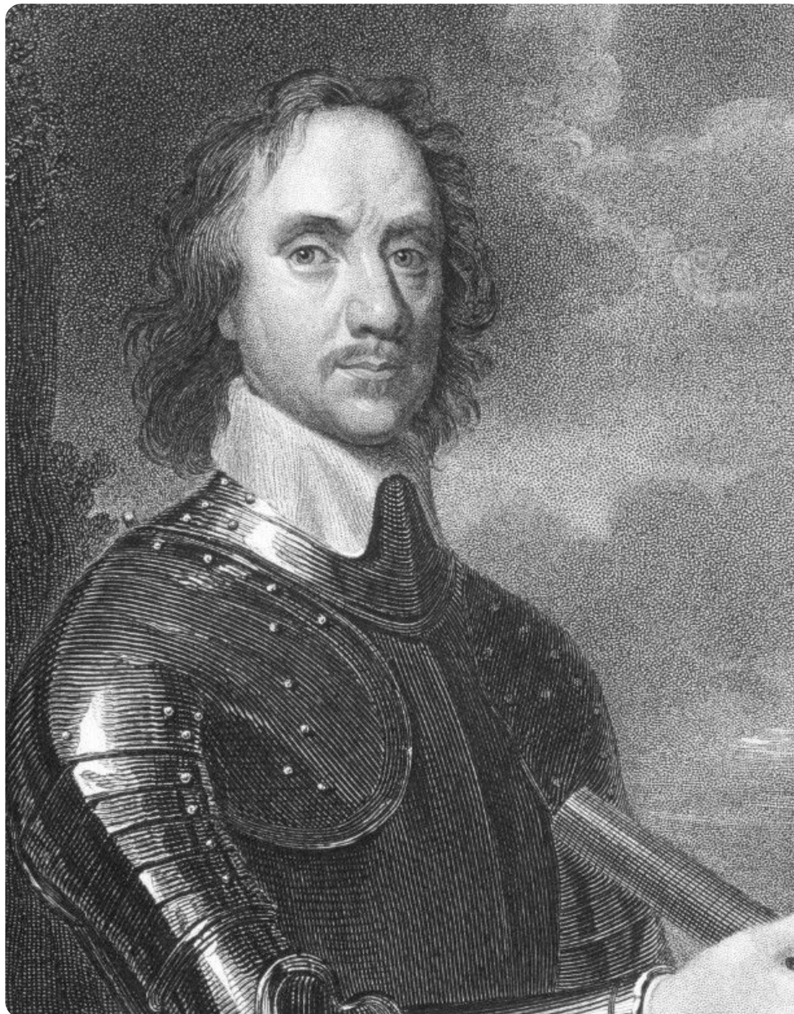
Desde 1630, vários líderes puritanos já vinham sendo forçados a emigrar para o continente americano, então, diante da resistência puritana, Laud determinou a prisão e a tortura de vários outros nomes ligados ao Puritanismo.



Saiba mais

Você poderá saber mais lendo a Primeira e a Segunda Guerra dos Bispos.

Os conflitos políticos e religiosos eclodiram também na Irlanda onde, em 1641, um grupo de católicos irlandeses instaurou uma revolta contra os protestantes ingleses e escoceses que resultou em um grande número de mortes. Com um rei inglês reinando na Escócia e sem apoio do Parlamento em Londres, estouraram as Revoluções Inglesas, nas quais as forças leais ao do rei Carlos I foram vencidas pelas forças leais ao Parlamento, sob a liderança do puritano Oliver Cromwell. Com o fim do conflito e consequente execução de Carlos I, em 1649, as forças protestantes decretam o fim da monarquia e a instauração República, que teve Cromwell à frente até sua morte, em 1658.



Oliver Cromwell.

O governo de Cromwell representou um período de estabilidade política e crescimento econômico propiciado, em grande parte, pela expansão da marinha mercante inglesa, que passou a dominar o transporte de produtos nas principais rotas comerciais marítimas. Em termos religiosos, Cromwell optou por uma política marcada pela tolerância, apesar de manter o Puritanismo como parâmetro para o seu governo.

Assista ao vídeo e continue aprendendo mais sobre Cristianismo.



Conteúdo interativo

Acesse a versão digital para assistir ao vídeo.

Com a morte de Cromwell, um período de instabilidade se instalou no Reino Unido e, em 1660, a monarquia foi restaurada e Carlos II tornou-se rei, restaurando a dinastia dos Stuarts no trono inglês. Durante o seu governo, o Parlamento inglês aprovou leis conhecidas como **Código de Clarendon**, tendo como seu principal objetivo **fortalecer a posição da Igreja Anglicana** e o **sistema episcopal**.

O monarca concordou com essa medida, embora fosse mais favorável à tolerância religiosa. Prova disso foi que tentou aprovar, em 1672, a Real Declaração de Indulgência, por meio da qual concedia a liberdade religiosa aos católicos e aos dissidentes protestantes, mas foi contido pelo Parlamento. Após um novo conflito com o Parlamento, Carlos II dissolveu-o, em 1681 e reinou absoluto até a sua morte, em 1689.

Como não deixou herdeiros legítimos, foi sucedido no trono inglês pelo seu irmão católico, Jaime II que não foi aceito com simpatia pelo Parlamento porque o considerava amigo do papado e com uma tendência altamente absolutista. Dessa forma, instaura-se um conflito entre o monarca, que defendia a liberdade religiosa em favor dos católicos e alguns setores do Protestantismo, e o Parlamento que lutava para defender o Anglicanismo.

Tão logo tiveram oportunidade, os membros do Parlamento convidaram o genro e sobrinho do monarca, Guilherme de Orange, da Holanda, que reuniu um exército e desembarcou nas terras inglesas para combater o seu sogro, iniciando a Revolução Gloriosa (1688 a 1689).

Com o apoio do exército do Parlamento, Guilherme assumiu o trono da Inglaterra inaugurando a dinastia dos Hannover e foi pressionado pelos parlamentares para assinar a Declaração de Direitos de 1689, que:

- Declarava os direitos e os deveres dos súditos.
- Definia as regras sucessórias da coroa.
- Garantia eleições livres e liberdade de expressão ao Parlamento.
- Limitava o exercício do poder real, o que transformou a Inglaterra em uma monarquia constitucional parlamentarista.

Guerras religiosas na Holanda

Os conflitos religiosos não ficaram restritos ao território inglês, mas se estenderam por toda a Europa. Os Países Baixos representam um dos espaços onde tais conflitos opuseram católicos e protestantes na busca pelo controle político, a sobrevivência e a expansão da sua fé.

Margarida de Parma, foi nomeada, em 1559, por Felipe II da Espanha como regente dos Países Baixos e associou-se à ação da Inquisição para conter o avanço das ideias calvinistas na região.

A presença calvinista era muito forte nos Países Baixos, então, em 1566, membros da aristocracia local formaram uma comissão para exigir da regente o respeito institucional aos grupos não católicos. O pedido foi negado e, como consequência, teve início o Beeldenstorm, um movimento revoltoso, de cunho protestante, em que várias igrejas foram invadidas e imagens destruídas, já que os revoltosos eram **iconoclastas**.

Iconoclastas

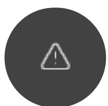
Contrários ao emprego de imagens nos rituais religiosos.



Assembleia de Westminster.

O movimento se prolongou até 1567, quando o Duque de Alba, enviado por Felipe II para conter a revolta, estabeleceu um tribunal voltado exclusivamente para o julgamento dos revoltosos. Um dos nobres acusados foi Guilherme de Orange, que fugiu para Nassau, onde reuniu um exército e atacou, em 1568, as forças espanholas na Batalha de Heiligerlee, dando início a uma série de confrontos entre holandeses e espanhóis.

Tais conflitos começaram a ser resolvidos em 1579, quando os estados do Sul (situados na Bélgica atual) assinaram a União de Utrecht, um tratado em que manifestavam fidelidade ao governo de Felipe II, o que correspondia a uma opção pela religião católica. No mesmo ano, os estados protestantes dos Países Baixos, entre os quais a Holanda, celebraram a União de Utrecht, em que afirmavam a liberdade religiosa e constituíram o ponto de partida para a independência da República Holandesa em relação à Espanha e a consequente instauração de um estado livre do controle religioso da Igreja Católica.



Atenção

As guerras religiosas que se expandiram por toda a Europa, opondo Estados poderosos como a Inglaterra e a Holanda, desempenharam um papel importantíssimo como fatores estimulantes à expansão do Cristianismo no território americano, visto que comunidades religiosas inteiras, cansadas do pêndulo gerado pelas disputas políticas e eclesiásticas, migraram para a América e serviram como base cultural e populacional para a colonização desse continente.

Protestantismo e formação dos Estados Unidos da América

Na luta pela reforma do Cristianismo na Inglaterra, os puritanos eram, como vimos, uma voz marcante na defesa de uma mudança radical nas práticas religiosas. Os adeptos do Puritanismo pretendiam implantar reformas na Igreja Anglicana e não fundar outra Igreja. Havia, entretanto, quem defendesse uma total separação da Igreja Anglicana, objetivando a fundação de uma Igreja independente do Estado. Os defensores desta posição foram denominados **separatistas**.

O Congregacionalismo

Os separatistas idealizaram o Congregacionalismo, um regime eclesiástico que postula a autonomia de cada congregação religiosa para elaboração de sínteses teológicas, prática evangelizadora e nomeação de seus representantes. Em 1580, foi criada uma congregação nesses moldes, em Norwich, uma importante cidade no leste da Inglaterra, por Robert Browne, um dos pais do Congregacionalismo inglês.

Em 1608, William Brewster liderou um grupo separatista de Scrooby, na Inglaterra, em uma fuga para Leyden, na Holanda, onde o Protestantismo criara raízes. As condições na Holanda mostraram-se, entretanto, desfavoráveis para o grupo quando o governo local aliou-se à Inglaterra e muitos resolveram partir, juntamente com outros separatistas, que haviam permanecido na Inglaterra, na viagem a bordo do navio Mayflower, em 1620, rumo à América. Eles foram denominados **peregrinos** e estabeleceram uma colônia em Plymouth, sob rígidas regras comportamentais, a fim de evitar distúrbios sociais e facilitar o processo de colonização, sendo a igreja fundada na região, o centro da vida social. Muitos outros puritanos migraram para a América nos anos seguintes.

Alguns não separatistas se estabeleceram em Boston e em Salem, em 1636, e também organizaram códigos comportamentais e um sistema de ajuda mútua entre as colônias. Em 1631, a Corte de Massachusetts, rompendo definitivamente com reinado de Carlos I:

- limitou o direito de voto aos membros da Igreja.
- tornou o Congregacionalismo a religião oficial.
- rejeitou o sistema episcopal.
- sustentou o o princípio da uniformidade da fé.

Até 1640, várias comunidades puritanas foram constituídas na América. Para propiciar a formação dos líderes religiosos foram fundadas universidades, principalmente em Cambridge, onde lhes eram ensinados os princípios calvinistas e o sistema administrativo congregacional.
Como congregacionalistas e separatistas, os peregrinos eram contrários:

- ao uso de imagens nos cultos.
- à santificação de pessoas.
- à sacralização de relíquias.

Para eles a Igreja deveria contar com a participação ativa do:

- pastor, responsável pela doutrinação;
  instrutor, encarregado do esclarecimento das questões doutrinárias.
- ancião, encarregado da parte administrativa da congregação.

- diácono, encarregado do recebimento das ofertas e do cuidado aos idosos.

Os congregacionalistas professavam somente dois sacramentos: o batismo infantil e a Ceia do Senhor, rejeitando:

- os livros de orações empregados pela Igreja Católica, já que as orações, para serem válidas, deveriam ter motivação espontânea.

- a celebração de datas santificadas (respeitavam apenas o dia de descanso semanal).

Utilizavam a versão calvinista da Bíblia, a Bíblia de Genebra (1560) e eram partidários da doutrina da predestinação, de Calvino.

A Igreja Batista

Aos congregacionalistas somaram-se outras manifestações do Protestantismo nas colônias inglesas. Esse é o caso do movimento Batista, trazido para a América pelo teólogo inglês Roger Williams (1603–1683), inicialmente ligado ao Anglicanismo, mas posteriormente adotando uma postura separatista que, em 1631, chegou a Boston.

No entanto, Williams não ficou durante muito tempo na igreja de Boston, instalou-se em Plymouth e recebeu o convite da igreja de Salem para pastoreá-la. O seu pastorado foi cassado pelas lideranças religiosas locais que o condenaram, pelas suas ideias polêmicas, a abandonar a região.

Williams defendia o direito dos índios à propriedade da terra, opunha-se a uma igreja oficial e a intervenção dos magistrados nos assuntos religiosos. Desta forma, ele ia à contramão dos projetos que baseavam a formação das comunidades protestantes iniciais apostando na coletividade, no rígido controle moral e na ocupação do espaço colonial por meio tomada das terras indígenas.

Repudiado pela liderança puritana local, Williams, então, embrenhou-se pelo interior do território, comprou algumas terras dos índios, e fundou uma igreja em Providence, considerada tradicionalmente como a **Primeira Igreja Batista Americana**.

Os batistas se caracterizaram pela autonomia da gestão das igrejas locais, baseada nos princípios democráticos. As igrejas batistas mantêm, como laços de unidade, somente aqueles produzidos pelos seus princípios dogmáticos e de solidariedade e cooperação entre as comunidades.

Dois princípios dogmáticos fundamentais serviram como referência às futuras igrejas batistas e foram legados pela igreja de Providence:

- a separação entre a Igreja e o Estado.

- a liberdade de consciência.

As igrejas batistas também consideram a aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta e reconhecem a responsabilidade individual diante de Deus e a autenticidade e apostolicidade das igrejas.

Os Quakers

Além dos batistas, outro grupo instalou-se na América: os quakers, que chegaram a Boston em 1656. Devido à **defesa da ideia** de **separação entre a Igreja e o Estado** e de não terem uma grande preocupação doutrinária, os quakers não se estabeleceram na Nova Inglaterra.

Em 1674, houve uma divisão na colônia de Nova Jersey em duas partes, uma ocidental e uma oriental, onde os quakers se estabeleceram. No entanto, a grande colônia quaker foi fundada na Pensilvânia na região que pertencia a William Penn, tornando-se um refúgio também para outras comunidades protestantes.

O Metodismo

Outra corrente importante na América, criada na Inglaterra no início do século XVIII por John Wesley, um anglicano, professor da Universidade de Oxford, insatisfeito com o formalismo da Igreja Anglicana, além de seu distanciamento em relação a questões como a desigualdade social.

O Metodismo, assim chamado pelo fato de a abordagem da prática religiosa criada por Wesley ser considerada **metódica**, transferiu-se para o continente americano por meio da chegada de seguidores das ideias de Wesley às treze colônias da América do Norte, ao longo do século XVIII.

Na América do Norte, o Metodismo esteve associado ao **abolicionismo** e às **lutas de trabalhadores** por **melhores condições de existência**. As ideias de Wesley sobre o resgate da dignidade humana quando atingida por condições adversas tais como a pobreza e a enfermidade, fizeram do Metodismo uma vertente do Protestantismo especialmente relacionada à noção de reforma da sociedade, já que a preocupação com o destino da alma não excluía, para Wesley, o empenho no restabelecimento do equilíbrio da existência humana na vida terrena.

Após o término da guerra entre norte-americanos e ingleses, em 1783, com o reconhecimento da independência dos Estados Unidos da América pelos ingleses, os metodistas da América romperam definitivamente com a Igreja Anglicana e foi fundada a **Igreja Metodista Episcopal**.

Com um esforço colonizador sistemático, as diversas correntes protestantes, inclusive aquelas que aqui não foram destacadas, trabalharam incansavelmente para a construção dos Estados Unidos da América.

No contexto das lutas pela independência, alcançada em 1776, os protestantes foram peças fundamentais:

- nas colônias do **Centro** havia uma variedade de tendências protestantes.

- os congregacionais se estabeleceram mais ao **Norte.**

- já ao **Sul** havia um predomínio dos anglicanos (não separatistas).

De uma maneira geral:

- os anglicanos permaneceram fieis à Coroa inglesa.

- os metodistas, apesar de serem taxados como traidores da causa nacional, permaneceram neutros.

- os quakers, apesar de defenderem a causa separatista, não se envolveram nos conflitos bélicos que iam contra as suas tendências pacifistas.

- já os batistas, os congregacionais e os presbiterianos pregaram abertamente a luta contra a Coroa e dela participaram.

O conjunto formado pelas ideias propagadas pelas variadas correntes protestantes na América podem ser identificadas em vários traços da cultura norte-americana.



Exemplo

No texto da constituição dos Estados Unidos, há algum reflexo do espírito autonomista presente já nas convicções dos primeiros colonos.

Com a explosão da Guerra de Secessão (1861-1865), as comunidades protestantes voltaram os seus olhos para outras regiões da América em um esforço missionário. Desta forma, muitos grupos protestantes chegaram à América Latina em um esforço sistemático e formal de evangelização ou em ações espontâneas e não identificadas a longo prazo no processo histórico.



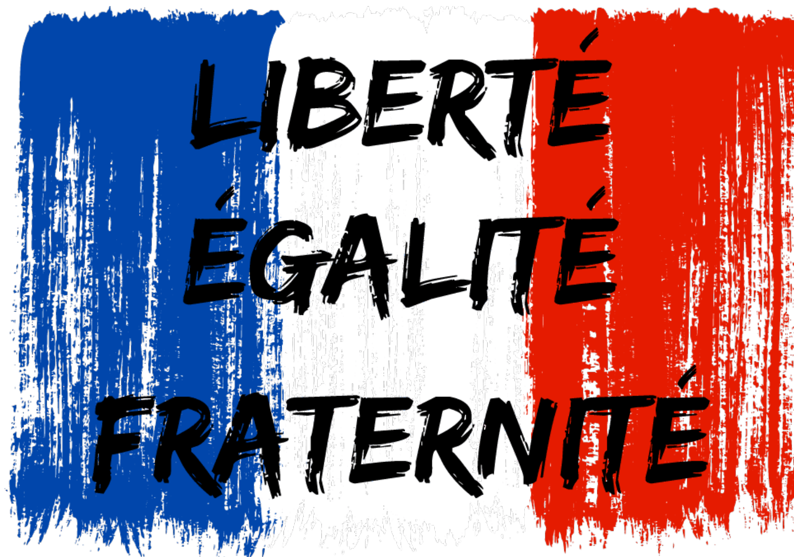
Guerra Civil Americana. Litografia manuscrita, 1861.

A crítica iluminista

No século XVIII, várias linhas de pensamento e tendências filosóficas, surgidas concomitantemente em diversos países da Europa, acabam convergindo para formar um conjunto de princípios que se constituíram na corrente de pensamento intitulada de **Iluminismo**, em alusão à **luz** que metaforicamente estaria **associada à razão humana**, desde que livre de condicionamentos e devidamente instruída pelo conhecimento científico ou filosófico.

Com essas características, era natural que a religião fosse um dos alvos preferenciais do pensamento iluminista. Depois das ideias reformistas que marcaram os séculos XVI e XVII, e que objetivavam questionar a

forma pela qual a religião era praticada ou entendida, o passo dado pela cultura ocidental, no século XVIII, foi o de questionar os próprios alicerces da religião: a tradição e a fé.



"Liberdade, igualdade e fraternidade" (Liberté, Égalité, Fraternité) foi o lema consagrado pela Revolução Francesa.

As noções de liberdade, de igualdade e de fraternidade, que foram os lemas motivadores dos filósofos iluministas, representaram também as bases sobre as quais muitas das comunidades protestantes construíram suas doutrinas, principalmente aquelas que defendiam fervorosamente a **separação entre a Igreja** e o **Estado**.

A luta dos iluministas pela expansão de uma visão de mundo pautada prioritariamente em um pensamento **racional** e **científico**, terminou lançando aos cristãos **novos desafios doutrinários**.

Desta forma, desenvolveram-se duas tendências dentro do Cristianismo:

- Racionalismo

Racionalismo

A tendência racionalista deu origem a um movimento formalista, especialmente entre os luteranos, que buscaram aproximar a racionalidade do discurso dogmático.

- Reavivamento

Reavivamento

Os reavivacionistas (ou pietistas) investiram cada vez mais no reforço dos aspectos emocionais e místicos da religião e dos seus ritos. Dentre aqueles que optaram por uma tendência mais mística, podemos localizar os católicos e os quakers, que acreditavam que a iluminação religiosa viria sobretudo por meio da busca espiritual individual.

Entre os reavivalistas podemos situar as demais tendências protestantes que experimentaram o grande reavivamento em suas práticas religiosas na América do século XVIII, traduzido em uma leitura mais intensificada dos textos bíblicos, da prática intensa da oração e de pregações marcadas por um forte teor emocional.

Neste conteúdo fomos capazes de entender os fatores políticos e religiosos que desencadearam as guerras religiosas assolando a Europa entre os séculos XVII e XVIII, e a relação existente entre esses conflitos e a formação de fortes comunidades protestantes na América do Norte que ganharam tons diferenciados em função da necessidade de contestar ou referendar o pensamento iluminista.

Verificando o aprendizado

Questão 1

"[...] na ideia de Wesley, o Metodismo era um retorno ao Cristianismo primitivo ou uma nova Reforma, visto que significava um avivamento do espírito cristão de comunidade na vida moral e na ação social."

(DAWSON, Christopher. A divisão da cristandade. São Paulo: É Realizações, 2014. p. 266)

A partir desta afirmação de Christopher Dawson sobre Wesley, identifique uma luta empreendida pelos metodistas da América do Norte que tenha uma específica motivação social.

Chave de resposta

A luta abolicionista.

Questão 2

"[...] Os autores iluministas, encabeçados por Voltaire e Montesquieu (1689-1755), viam a Inglaterra como a personificação dos ideais liberais: liberdade política, tolerância religiosa, livre comércio e independência pessoal. Aos olhos dos filósofos franceses, a Inglaterra mostrara que tais coisas não só eram possíveis, como eram o segredo da fenomenal prosperidade e poderio que o país alcançara desde a Revolução Inglesa."

(DAWSON, Christopher. A divisão da cristandade. São Paulo: É Realizações, 2014. p. 284-285)

Com base na citação acima, identifique, nos princípios defendidos pela reforma protestante na Inglaterra, um que se compatibilize com o modelo de sociedade dos iluministas.

Chave de resposta

A liberdade política.

Questão 3

Podemos afirmar que uma das consequências da perseguição empreendida pelo rei Carlos I contra os puritanos na Inglaterra foi:

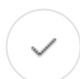
A) A aliança entre puritanos e católicos contra Carlos I.

B A aceitação, pelos puritanos, da autoridade papal.

C A fuga de puritanos para o continente norte-americano.

D O aumento de poder do Parlamento inglês.

E A unificação das Igrejas Anglicanas da Inglaterra e da Escócia.



A alternativa C está correta.

A perseguição religiosa promovida por Carlos I contra os puritanos levou muitos deles a buscar liberdade de culto fora da Inglaterra, resultando na migração em massa para o continente norte-americano, onde fundaram colônias baseadas em seus princípios religiosos.

Questão 4

O congregacionalismo, sistema de organização religiosa empregado pelos protestantes separatistas na América do Norte, pode ser definido como:

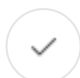
A Um regime eclesiástico no qual as decisões são tomadas por uma igreja central de caráter mundial.

B Um regime eclesiástico no qual as decisões são tomadas por cada igreja, autonomamente.

C Um regime eclesiástico no qual as decisões são tomadas pela principal igreja da região.

D Um regime eclesiástico no qual as decisões são tomadas por uma igreja central de caráter continental.

E Um regime eclesiástico no qual as decisões são tomadas por uma comissão formada por representantes de várias igrejas.



A alternativa B está correta.

O congregacionalismo caracteriza-se pela autonomia de cada igreja local, permitindo que as decisões religiosas e administrativas sejam tomadas de forma independente por cada congregação, sem subordinação a uma autoridade central.

Quetsão 5

Podemos afirmar que o Iluminismo, corrente de pensamento que se desenvolveu ao longo do século XVIII, postulou a seguinte relação entre a religião e o estado:

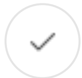
A O estado deve vincular-se a qualquer religião.

B O estado deve vincular-se apenas ao Catolicismo.

C O estado deve vincular-se apenas ao Protestantismo.

D O estado deve vincular-se ao Catolicismo e ao Protestantismo.

E O estado não deve vincular-se a nenhuma religião.



A alternativa E está correta.

O Iluminismo defendia a separação entre Igreja e Estado, sustentando que o governo deveria ser laico e não se vincular a nenhuma religião, garantindo assim a liberdade de crença e a neutralidade do poder público em assuntos religiosos.

Considerações finais

Nas transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII, o cristianismo teve de se adaptar às novas realidades políticas, econômicas e sociais que marcaram o surgimento do mundo moderno. Neste conteúdo, analisamos como a Igreja, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, redefiniu seu papel diante dos Estados modernos em formação, que passaram a disputar com ela a autoridade sobre a sociedade. Exploramos os conflitos religiosos que abalaram o Ocidente europeu, como os ocorridos na Inglaterra e na Holanda, destacando sua dimensão política e o impacto direto na deposição e coroação de reis em nome de princípios religiosos.

Também discutimos como o Iluminismo, com suas ideias de razão, liberdade e separação entre Igreja e Estado, desafiou as estruturas tradicionais do cristianismo, exigindo respostas tanto dos católicos quanto dos protestantes. Esses grupos religiosos precisaram reformular suas doutrinas e práticas para atender às novas demandas de seus fiéis, em um contexto de intensas mudanças culturais e intelectuais.

Por fim, examinamos a expansão do cristianismo para além da Europa, com ênfase na chegada dos protestantes à América do Norte. Essa migração teve papel decisivo em eventos históricos como a independência dos Estados Unidos e a Guerra de Secessão, além de influenciar a posterior difusão do protestantismo na América do Sul. Compreender esse processo é essencial para refletir sobre a relação entre religião, política e sociedade na formação do mundo moderno.

Explore +

- Assista ao filme **A Missão** (1986), dirigido por Roland Joffé. A obra oferece uma representação das complexas relações entre jesuítas, coroa espanhola, colonos e os povos indígenas na América.

- Acesse o canal Luciano SilvaBoy2 no YouTube a assista ao vídeo **Construindo um Império - Grã Bretanha - History Channel** que é sobre as revoluções inglesas e a formação do Império Britânico. Vai ser muito interessante para aprender um pouco mais sobre as guerras religiosas na Inglaterra.

Referências

BARNADAS, Josep. **Igreja católica na América espanhola colonial**. *In*: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina colonial, v. I. São Paulo: Edusp, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

CAIRNS, Earl. **O cristianismo através dos séculos**. Uma história da Igreja Cristã. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DAWSON, C. **A formação da cristandade** – da Reforma Protestante à era do Iluminismo. São Paulo: É Realizações, 2014.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil colonial**: volume 1 (1443 - 1580). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HILL, C. **A revolução inglesa de 1640**. Lisboa: Presença, 1985.

JOHNSON, P. **História do cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

JONATHAN, Hill. **História do cristianismo**. São Paulo: Rosari, 2016.

KARNAL, L. *et al.* **História dos Estados Unidos**. Das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

WHELING, A. e WHELING, M.J. **A formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.